

Prevenção ou cura, nada funciona bem no País

O Brasil atravessa um momento difícil na área de saúde. São inúmeras as epidemias e doenças que a população brasileira vem sofrendo nos últimos tempos. O Ministro da Saúde, Roberto Santos, em viagem a Genebra, onde participa da 39ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), reconheceu os problemas existentes em sua área, e classificou de "desordenado" o estado da rede de serviços de saúde no País. O ministro, que luta pela unificação do setor, acha que o principal causador da situação atual do País na área de saúde é a dispersão das ações por vários ministérios.

Além do próprio Ministério da Saúde, que na opinião de Roberto Santos deveria aglutinar todas as ações e programas do setor, tratam da saúde no Brasil, os Ministérios da Previdência Social — que controla a rede de hospitais vinculados ao Inamps —, o da Educação, responsável pelos hospitais-escolas, e o do Trabalho, que mantém uma Secretaria de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. A unificação do setor no Ministério da Saúde também é defendida pelos profissionais de saúde e foi manifestada durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em abril, em Brasília.

Outro ponto apontado pelo ministro, em seu discurso em Genebra, foi a falta de recursos para o desenvolvimento de programas de seu Ministério. E o ministro tem razão. No início do ano, o orçamento para 1986 estava estimado em 12 bilhões, mas com a implantação do programa de estabilização econômica, sofreu uma deflação de 30% e passou para Cz\$ 8,6 bilhões, o que representa 1,83% do orçamento da União. Para a área de combate a epidemias, cujos programas são desenvolvidos pela Superintendência de Campanha de Saúde Pública (SU-CAM), o orçamento deste ano é de Cz\$ 1,4 bilhão.

Apesar da carência de recursos, as ações do Ministério não podem parar. A proliferação de epidemias e doenças no País confirmam a situação caótica da saúde no Brasil. A prioridade do Ministério da Saúde é o combate à malária que, inicialmente restrita à Amazônia, tem se estendendo a várias localidades brasileiras. No último dia 7,

por exemplo, a diretoria regional da Sucam em Brasília registrou a existência de 12 casos — dois fatais — entre os meses de fevereiro e abril, no município de Padre Bernardo, distante cerca de 70 quilômetros de Brasília.

No ano passado, foram registrados 378 mil casos da doença no País, 70% deles nos estados do Pará e Rondônia. Para este ano, estima-se um número semelhante. As principais



O ministro Roberto Santos confessa que o sistema de saúde é "desordenado".

causas da proliferação da malária são a migração desordenada, principalmente nas fronteiras agrícolas e nos garimpos, e a automedicação com comprimidos a base de quinino, que está causando a resistência do mosquito transmissor — o anofelino — aos medicamentos. Para solucionar este problema, a Sucam está estudando a aplicação de novos medicamentos.

DENGUE

Apesar da malária ser a prioridade do Ministério, atualmente ela foi desbancada pela epidemia de dengue que começou no Estado do Rio de Janeiro e já se alastra para outros estados

brasileiros. No Ministério da Saúde ainda não há o número total de pessoas atingidas, já que o dengue é uma doença benigna que dura cerca de uma semana e seus casos não estão sendo notificados às autoridades sanitárias. Contudo, o ministro Roberto Santos defende uma ação efetiva de combate à doença em todo o continente americano. Segundo o ministro afirmou na OMS, a doença estava erradicada no Brasil e voltou — como poderá acontecer novamente — porque os países vizinhos não tomaram medidas concretas de erradicação do mosquito *aedes aegypti*.

Por este motivo, ele solicitou uma ação integrada nas Américas com a borri-ficação do inseticida Malathion em todos os países, paralelamente à identificação e eliminação dos focos da moléstia. Esse trabalho já vem sendo feito no Brasil. No Rio, 400 homens da Sucam — 50 deles vindos de Natal, Rio Grande do Norte — aplicaram o inseticida em quase toda a cidade, dando prioridade à Baixada Fluminense, onde a doença começou e onde tem sido registrado o maior número de casos. Além disso, a Sucam começou, na última sexta-feira, a distribuir folhetos explicativos da doença, o que faz parte de uma campanha educativa sobre o dengue, suas manifestações e como se pode evitá-la.

PÓLIO

Outra grande preocupação do Ministério da Saúde é o controle da poliomielite. O governo brasileiro firmou, recentemente, um compromisso internacional de erradicar registram 292 casos notificados até o último dia seis. Destes, 215 casos foram detectados no Nordeste onde a incidência da doença é maior. E 29 casos foram confirmados até agora, sendo que 27 no Nordeste.

O controle da pólio é feito pela Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde do Ministério da Saúde que desenvolve a campanha de vacinação em massa duas vezes por ano. Além disso, há a vacinação de rotina, feita pelos hospitais e postos de saúde. Qualquer caso suspeito é encarado pelos técnicos da secretaria como um surto de doença. Quando o surto é detectado são deflagradas as medidas de controle, através da

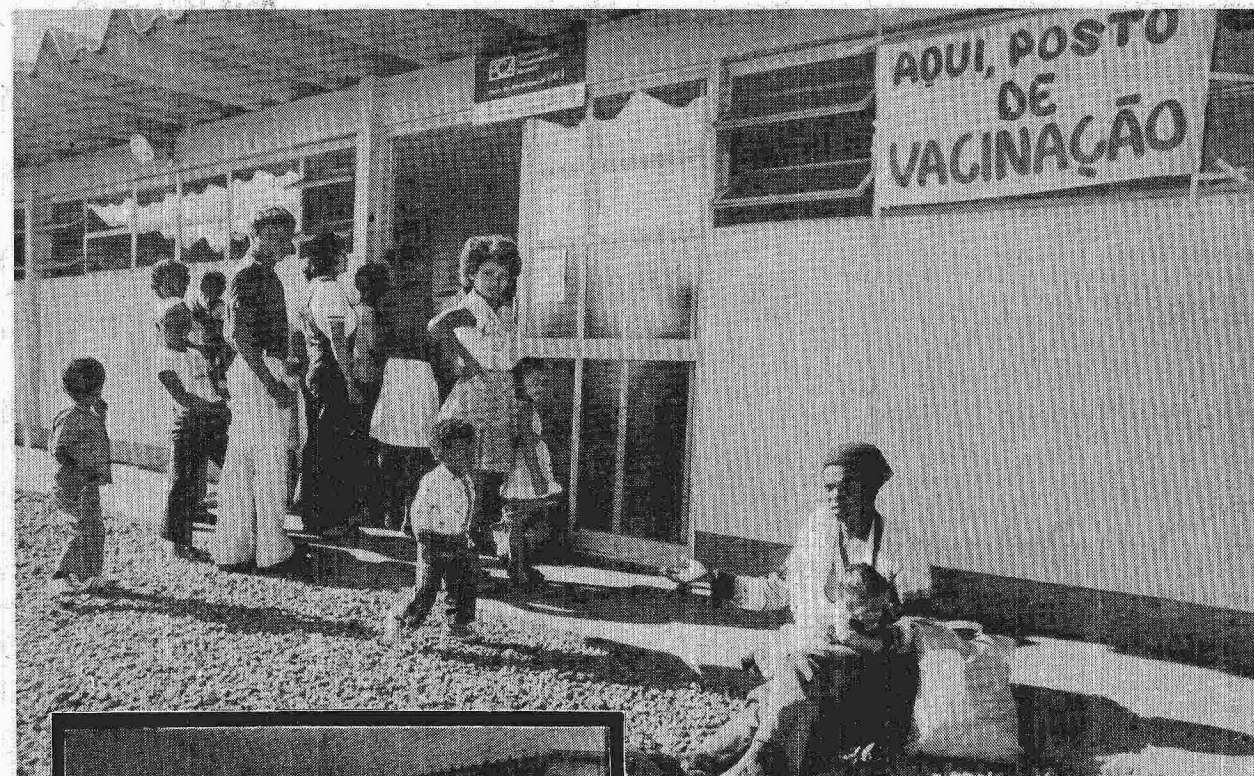
vacinação de bloqueio, isto é, toda a área em torno do local onde o surto foi identificado, sofre uma nova campanha de vacinação.

Também preocupa os profissionais de saúde a situação da hanseníase ou lepra no País. O Ministério da Saúde não sabe o número exato de portadores da doença: existem em registro 220 mil leprosos no País. Mas este número pode ser bem maior, principalmente na Amazônia, onde há maior incidência da doença. Para determinar o número exato de hansenianos no Brasil, o Ministério começou um levantamento em todos os estados brasileiros. Esta medida é necessária para determinar as medidas de controle. Ao mesmo tempo, o Ministério começa uma campanha de informação da transmissão da hanseníase, explicando como é possível evitá-la e seus principais sintomas. Também procura esclarecer à sociedade para acabar com a discriminação aos portadores da doença tentando, com isso, sua reintegração à comunidade.

SORO ANTIOFÍDICO

Com a morte do menino Edwan Lopes da Silva, no último dia 29 de abril, em Brasília, o País despertou para mais um problema na área da saúde: a carência na fabricação do soro antiofídico. O problema já havia sido detectado pelo Ministério da Saúde no ano passado, quando foi lançado um plano de auto-suficiência em imunobiológicos (vacinas e soros). O plano está sendo desenvolvido em conjunto pela a Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Ezequiel Dias e os Institutos Vital Brasil e Butantã. No entanto, não foi suficiente para salvar a vida do menino de onze anos, que teria conhecido se o soro fosse prontamente aplicado.

O Brasil espera conseguir a auto-suficiência em todos os tipos de vacinas e soros até 1990. Mas, com a morte do menino brasileiro, os técnicos resolveram concentrar os esforços na fabricação do soro antiofídico e devem produzir, até o final do próximo ano, 500 mil doses. Esta quantidade, segundo os técnicos do Ministério da Saúde, supre a necessidade do País — estimada em 450 mil doses/ano — e deixa uma margem de segurança de 50 mil doses.



As campanhas de vacinação levam milhões de pessoas aos postos de vacinação. Mas a eficiência da prevenção ainda deixa muito a desejar.